

BAHIA ANÁLISE & DADOS

BIG DATA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Data limite para recebimento de artigos: 15 de junho de 2020

Data prevista para lançamento da publicação: dezembro de 2020

Coordenação editorial: Enézio de Deus (SEI)
Gabriel Barbosa (SEI)
Paulo Canas (UFBA)

E-mail: aedbighdata@sei.ba.gov.br

Telefones: (71) 3115-8681 (Enézio) / 3115-8680 (Gabriel)

Editora-geral das publicações SEI: Elisabete Cristina Teixeira Barretto

[Conselho editorial da revista Bahia Análise & Dados](#)

A revista **Bahia Análise & Dados**

A revista *Bahia Análise & Dados* é um periódico publicado semestralmente pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento estadual (Seplan).

Editada e registrada no International Standard Serial Number (ISSN) desde 1991, indexada ao Ulrich's International Periodicals Directory e ao sistema Qualis, da Capes, em 2002, a revista elevou progressivamente sua credibilidade e reconhecimento graças à abrangência de seu conteúdo e ao elevado nível de seus colaboradores. Com seus números mais recentes disponíveis para consulta em <http://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/bahiaanaliseedados/index>, a publicação vem alcançando um público amplo e diversificado, sendo muito demandada por instituições de ensino e pesquisa e por órgãos de planejamento.

A *Bahia Análise & Dados* torna público o processo seletivo de artigos para possível publicação no volume cujo tema é Big Data e Políticas Públicas, previsto para o segundo semestre de 2020.

Contextualização

Se no âmbito organizacional privado o grande volume de informações pode ser utilizado para pensar ou gerar novas estratégias, em políticas públicas esse fluxo virtual vem sendo estudado e manejado para estruturar dados e gerar bons resultados em variadas searas: saúde, educação, justiça, economia etc.

Os termos *big data* e ciência de dados, que ficaram populares nos anos 2000 (VOLPATO; RUFINO; DIAS, 2014), representam a combinação de métodos estatísticos com algoritmos computacionais e têm como objetivo transformar grandes conjuntos de dados em informação e tomada de decisão.

No decorrer dos anos, com a ampliação das pesquisas científicas sobre temas associados a *big data*, seus aspectos teórico-metodológicos, perspectivas de aplicabilidade, ferramentas/conceitos – como machine learning, deep learning, inteligência artificial –, além de técnicas avançadas de econometria, modelagem estatística, entre outras, já vêm sendo investigados e utilizados para repensar e criar novas políticas públicas, a fim de que seu alcance seja mais amplo e eficiente. Segundo LIMA (2017, p. 79), “[...] no âmbito do governo, são muitas as possibilidades, uma vez que este retém grande parte dos dados da população. Os dados são o ouro do futuro, visto que a economia digital estará pautada prioritariamente na análise de dados”.

Das experiências pioneiras e crescentes de utilização de técnicas relacionadas com *big data* para fins públicos, percebe-se, a depender do fim almejado, a busca de padrões estatísticos com base em comportamentos diferenciados reiterados ou previsíveis, de autocorrelações espaciais, a realização de estudos de inteligência geoterritorial e/ou de análises interdisciplinares no campo social, com o cruzamento de informações de diferentes bancos de dados de instituições referenciadas.

O uso de grandes bancos de dados e a existência de instituições que lidam com *big data* variam a depender da área de abrangência da política pública, do seu escopo ou do tipo de estudo que se pretende realizar. Na gestão pública, o seu uso remonta, segundo Ferrarezi e Tomacheski (2011, p. 3), à “[...] emergência, nos anos 1990, dos princípios da Nova Gestão Pública, propondo tornar as organizações públicas mais *accountables*, por meio de mecanismos de controle de resultados e uso de indicadores [...]”, objetivando mensurar desempenho e gerar mais eficiência. Tomando a missão dos tribunais de contas como referência para refletir sobre a utilização do *big data* em suas estruturas, Castro (2018, p. 19) reconhece que as

[...] organizações nacionais e internacionais começam a elaborar metodologias que possam avaliar o tamanho do Estado, o escopo de suas funções, a efetividade das políticas públicas, o nível de transparência, indicadores de governança e gestão,

qualidade do gasto público, equilíbrio fiscal, dívida pública, previdência e principalmente o controle social. O desenvolvimento concomitante da tecnologia da informação permite atualmente, aos Tribunais de Contas, a implementação de big data em suas estruturas, sendo que os órgãos são repositórios do maior número de informações da administração pública brasileira, referentes aos 5.570 municípios, 26 Estados e o Distrito Federal.

Eight Data Science Index (2019), ao realizar um estudo panorâmico sobre a violência contra as mulheres em São Paulo, cruzou informações de bancos diferentes de dados para mapear regiões com maior incidência de comportamentos violentos com base no gênero feminino, horários com mais volume de crimes de tal natureza e possíveis padrões de vulnerabilidade detectados a partir dos achados e correlações. Segundo Bortolassi (2019, p. 1), quanto ao uso de bancos com grande volume de dados não estruturados na esfera pública, é possível

[...] estabelecer correlações com base nisso, para poder compreender o problema, a causabilidade e, a partir daí, construir o seu projeto e a sua narrativa, de que forma você pretende abordar isso e implementar um modelo de política pública ou criar uma consciência na imprensa e na opinião pública a respeito do assunto.

Diante das possibilidades de estudos, aplicações e análises a partir de grandes bancos de dados e da importância de sua incorporação à gestão pública visando a resultados socialmente positivos, esta edição da revista *Bahia Análise & Dados* (BA&D) está aceitando artigos para apreciação e possível publicação, desde que seus conteúdos correlacionem o uso de *big data* a políticas públicas dentro de um ou mais aspectos elencados nos eixos abaixo:

Eixo 1: Governança de dados e políticas públicas

- 1.1 Marco legal sobre o uso de dados no Brasil e seus reflexos nas políticas públicas que utilizam o *big data*.
- 1.2 A transparência na utilização de dados em larga escala e seus impactos nas políticas públicas.
- 1.3 Segurança da informação e gestão de dados nas políticas públicas concebidas a partir de *big data*.

Eixo 2: Big data e políticas públicas

- 2.1 *Big data*, subsídios e aplicações nas fases das políticas públicas: concepção, implementação, monitoramento e/ou avaliação.
- 2.2 Metodologias e ferramentas de possível aplicação de *big data* em políticas públicas.
- 2.3 Cidades inteligentes, internet das coisas e outros conceitos aplicáveis às políticas públicas a partir de *big data*.
- 2.4 Desafios de *big data* para a gestão pública em face das perspectivas de governo 4.0.

Referências

BORTOLASSI, Leandro. Big Data auxilia o desenvolvimento de políticas públicas. *Exame*, São Paulo, 10 abr. 2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millenium/big-data-auxilia-o-desenvolvimento-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 10 set. 2019.

CASTRO, Sebastião Helvecio Ramos de. Utilização do Big Data no impacto de políticas públicas. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE COMPLEJIDAD, INFORMÁTICA Y CIBERNÉTICA, 8., 2018, Orlando. *Anais [...]*. Orlando: CICIC, 2018. Disponível em: <http://www.iiis.org/CDS2018/CD2018Spring/papers/CB182EJ.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

EIGHTH DATA SCIENCE INDEX. *Panorama da violência contra a mulher*. São Paulo: EIGHTH, 2019. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/images/news/PVCM-2019.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

FERRARI, Elisabete; AMORIM, Sonia Naves; TOMACHESKI, João Alberto. Sustentabilidade de iniciativas premiadas no concurso inovação: indícios de mudança da gestão no governo federal? In: CONGRESSO CONSAD, 4., 2011, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: CONSAD, 2011. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/736/1/Sustentabilidade%20de%20iniciativas%20premiadas%20no%20concurso%20inova%C3%A7%C3%A3o%20-%20ind%C3%ADcios%20de%20mudan%C3%A7a%20da%20gest%C3%A3o%20no%20governo%20federal.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

LIMA, Cláudio. Estratégias para a inserção de Machine Learning em políticas governamentais de inovação. In: SEMANA DE INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA: TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, 3., 2017, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Escola Nacional de Administração Pública, 2017. Disponível em: <http://inova.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-3%C2%AA-Semana-de-Inova%C3%A7%C3%A3o-Plataforma.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

VOLPATO, Tiago; RUFINO, Ricardo Ribeiro; DIAS, Jaime William. *Big Data: transformando dados em decisões*. Paranaíba: Universidade Paranaense, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/3437738-Big-data-transformando-dados-em-decisoes.html>. Acesso em: 9 set. 2019.

Normas para publicação

1. Artigos

A revista *Bahia Análise & Dados*, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, inglês e espanhol, de artigos sobre os temas definidos nos editais publicados no site da SEI, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem no tema correspondente.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do conselho editorial, instância que decide sobre a publicação.

Os originais apresentados serão considerados definitivos. Caso sejam aprovados, as provas só serão submetidas ao autor quando solicitadas previamente. Serão também considerados como autorizados para publicação por sua simples remessa à revista, não implicando pagamento de direitos autorais. A coordenação editorial compromete-se a responder por escrito aos autores e, em caso de recusa, a enviar-lhes os resumos dos pareceres.

A editoria da SEI e a coordenação editorial da edição reservam-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela instituição, constante no [Manual de Redação e Estilo da SEI](#), disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu “Publicações”.

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a um exemplar do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas.

✓ Artigos e resenhas devem ser enviados, preferencialmente, através do site da revista, opção “[Submissão](#)”, ou pelo e-mail aedbighdata@sei.ba.gov.br, para a coordenação editorial desta edição.

✓ Devem ser apresentados em editor de texto de maior difusão (Word), formatados com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.

✓ Devem ser assinados, preferencialmente, por, no máximo, três autores.

✓ É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor.

- ✓ O autor deve incluir, em nota de rodapé, sua identificação, com nome completo, titulação acadêmica, nome da (s) instituição (ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência.
- ✓ Os artigos devem conter, no mínimo, 15 e, no máximo, 25 páginas, e as resenhas, no máximo, três páginas.
- ✓ Devem vir acompanhados de resumo e *abstract* contendo de 100 a 250 palavras, ressaltando o objetivo, a metodologia, os principais resultados e a conclusão. Palavras-chave e *keywords* devem figurar abaixo, separadas por ponto e finalizadas também com ponto.
- ✓ Apresentar padronização de título, de forma a ficar claro o que é título e subtítulo. O título deve se constituir de palavra, expressão ou frase que designe o assunto ou conteúdo do texto. O subtítulo, apresentado em seguida ao título e dele separado por dois pontos, visa esclarecê-lo ou complementá-lo.
- ✓ As tabelas e demais ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citadas no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.
- ✓ Tabelas e gráficos devem ser enviados em programa de planilhas de maior difusão (Excel). Fotografias e ilustrações escaneadas devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF.
- ✓ As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT).
- ✓ Quando da inclusão de depoimentos dos sujeitos, apresentá-los em parágrafo distinto do texto, entre aspas, com letra e espaçamento iguais aos do texto e recuo esquerdo, de todas as linhas, igual ao do parágrafo.
- ✓ As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas.
- ✓ As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Referências

No transcorrer do texto, a fonte da citação direta ou da paráfrase deve ser indicada pelo sobrenome do autor, pela instituição responsável ou, no caso de autoria desconhecida, pela primeira palavra do título da obra, seguida de reticências, ano e página. Quando incluída na sentença, deve ser grafada em letras maiúsculas e minúsculas e, quando estiver entre parênteses, deve ter todas as letras maiúsculas.

Exemplos:

A estruturação produtiva deveria se voltar para a exploração econômica de suas riquezas naturais, conforme esclarece Castro (1980, p. 152).

O outro lado da medalha dessa contraposição da Inglaterra civil e adulta às raças selvagens e de menoridade é o processo pelo qual a barreira, que na metrópole divide os servos dos senhores, tende a perder a sua rigidez de casta (LOSURDO, 2006, p. 240).

No final do artigo, deve aparecer a lista de referências, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR 6023:2002 da ABNT. Exemplos:

PARA LIVROS:

BORGES, Jafé; LEMOS, Gláucia. *Comércio baiano: depoimentos para sua história*. Salvador: Associação Comercial da Bahia, 2002.

PARA ARTIGOS E/OU MATÉRIA DE REVISTA, BOLETIM ETC.:

SOUZA, Laumar Neves de. Essência x aparência: o fenômeno da globalização. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 51-60, dez. 2002.

PARA PARTES DE LIVROS:

MATOS, Ralfo. Das grandes divisões do Brasil à idéia do urbano em rede tripartite. *In: MATOS, Ralfo (org.). Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 17-56.

Na lista de referências, os títulos dos livros devem aparecer sempre em itálico. Os subtítulos, apesar de citados, não recebem o mesmo tratamento. No caso de artigo/matéria de revista ou jornal, o itálico deve ser colocado no título da publicação. A lista de referências deve ser alinhada à esquerda e conter apenas os trabalhos efetivamente utilizados na elaboração do artigo.